



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CONSELHO SUPERIOR

**RESOLUÇÃO DO CONSELHO SUPERIOR Nº 18/2019,
DE 1 DE JULHO DE 2019**

ANEXO III – Relatório Individual de Trabalho

Nome: Luciléa Silva dos Reis	Matrícula Siape: 1612379
Classe / Nível: D 402	
Lotação: DDE	
Período de avaliação: 2021 2	

Justificativa de cumprimento

1 - ATIVIDADE DE ENSINO

1.1 - Em função do período de pandemia Covid-19 não houve avaliação

Departamento: Coordenadoria Geral de Ensino

Professor	Diário	Turma	Curso	Comp. Curricular	CH
Lucilea Silva dos Reis (1612379)(Campus	373523	20212.SAGN.6	SAGN	AGR.221 - Melhoramento de Plantas	60
Total Horas:					60

Departamento: Coordenadoria Geral de Ensino

Professor	Diário	Turma	Curso	Comp. Curricular	CH
Lucilea Silva dos Reis (1612379)(Campus	357540	20211.AGROP.3A	AGROP	AGROP.003 - Produção Vegetal III	166,
Lucilea Silva dos Reis (1612379)(Campus	357560	20211.AGROP.3B	AGROP	AGROP.003 - Produção Vegetal III	166,
Lucilea Silva dos Reis (1612379)(Campus	357580	20211.AGROP.3C	AGROP	AGROP.003 - Produção Vegetal III	166,
Total Horas:					500,

1.2 - Disciplinas Ministradas

2- ATIVIDADE DE APOIO AO ENSINO

2.11 - Orientação de estágio curricular (obrigatório ou não)

Orientação de estágio obrigatório de 05 estudantes dos cursos de Agropecuária e Meio Ambiente

2.14 - Participação na elaboração e reestruturação de projetos pedagógicos

Membro da comissão responsável pela elaboração do projeto do curso de Pós-graduação Lato Sensu em Educação e Gestão Ambiental do Ifes - Campus Santa Teresa

2.18 - Participação como membro efetivo de banca de TCC de graduação e lato sensu

Banca de TCC: Letícia de Souza dos Santos: Água de coco como tratamento fito hormonal na germinação de quiabo.

Kariny Niero Scopel: Desenvolvimento inicial de mudas de Coffea canephora submetidas a doses de fósforo.

2.20 - Cumprimento dos prazos estabelecidos para atividades didático-pedagógicas

[x] 75% a 100% [] 50 a 74% [] menor que 50%

2.21 - Atendimento e participação em reuniões de cunho pedagógico/administrativo -

[x] 75% a 100% [] 50 a 74% [] menor que 50%

3 - ATIVIDADES DE PESQUISA E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

DALMONECH, H. A. G. ; DALMONECK, J.Z.; GOULARTE, M. A. ; REIS, L. S. . Planejamento Colaborativo das Aulas para Alunos com NEE no Curso Técnico. Revista de Educação, Ciência e Cultura, v. 27, p. 1-11, 2022.

6 – OUTROS

Data:

Assinatura Docente

Assinatura do Coordenador

Filtros Utilizados para Gerar este Relatório:

Instituição: Campus Santa Teresa
Professor: Lucilea Silva dos Reis (1612379)(Campus Santa Teresa)
Ano Letivo: 2021
Per. Letivo: 2

Departamento: Coordenadoria Geral de Ensino

Professor	Diário	Turma	Curso	Comp. Curricular	CH
Lucilea Silva dos Reis (1612379)(Campus	373523	20212.SAGN.6	SAGN	AGR.221 - Melhoramento de Plantas	60
Total Horas:					60

Filtros Utilizados para Gerar este Relatório:

Instituição: Campus Santa Teresa
Professor: Lucilea Silva dos Reis (1612379)(Campus Santa Teresa)
Ano Letivo: 2021
Per. Letivo: 1

Departamento: Coordenadoria Geral de Ensino

Professor	Diário	Turma	Curso	Comp. Curricular	CH
Lucilea Silva dos Reis (1612379)(Campus	357540	20211.AGROP.3A	AGROP	AGROP.003 - Produção Vegetal III	166,
Lucilea Silva dos Reis (1612379)(Campus	357560	20211.AGROP.3B	AGROP	AGROP.003 - Produção Vegetal III	166,
Lucilea Silva dos Reis (1612379)(Campus	357580	20211.AGROP.3C	AGROP	AGROP.003 - Produção Vegetal III	166,
Total Horas:					500,



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

CAMPUS SANTA TERESA

Rodovia ES – 080, KM 93 – SÃO JOÃO DE PETRÓPOLIS - 29.660-000 - SANTA TERESA – ES
273259-7878

COORDENADORIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E EXTENSÃO COMUNITÁRIA (REC)

DECLARAÇÃO DE ORIENTAÇÃO DE ESTÁGIO

Declaração nº: **13/2022**

Declaramos que o (a) professor (a) **Luciléa Silva dos Reis**, Matrícula Siape nº **1612379**, orienta/orientou o estágio dos (as) alunos (as) listados abaixo, conforme dados da tabela:

Matrícula	Aluno(a)	Período	Tipo de Estágio
20201MAIEM0196	Franciany Rodrigues Angelo	21/02/2022 a 07/05/2022	Obrigatório
20201AGROP0446	Henry Oliveira de Souza	03/01/2022 a 19/01/2022	Obrigatório
20201AGROP1094	Natalia Bridi Baratela	03/01/2022 a 24/01/2022	Obrigatório
20201AGROP0527	Rafael Capeletti Morao	03/01/2022 a 24/01/2022	Obrigatório
20201AGROP0020	Verônica Carlini Rassele	03/01/2022 a 19/01/2022	Obrigatório

IFES – Campus Santa Teresa, 06 de Junho de 2022.

Coordenadoria de Relações Institucionais e Extensão Comunitária (REC)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
CAMPUS SANTA TERESA

PORTARIA Nº 67, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2022.

O DIRETOR-GERAL DO CAMPUS SANTA TERESA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO, nomeado pela Portaria nº 1.973, de 22.11.2021, da Reitoria - Ifes, publicada no DOU de 23.11.2021, seção 2, página 21, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados para, sob a presidência do primeiro, comporem a comissão responsável pela elaboração do projeto do curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Educação e Gestão Ambiental do Ifes - Campus Santa Teresa:

- a) Tiago Dalapícola, matrícula SIAPE 2194832;
- b) Élcio das Graça Lacerda, Matrícula Siape 6050098;
- c) Joyce Luiza Bonna, Matrícula Siape 1163944;
- d) Luciléa Silva dos Reis, Matrícula Siape 1612379;
- e) Márcia Helena Milanezi, Matrícula Siape 1801262;
- f) Marcus Vinícius Sandoval Paixão, Matrícula Siape 0050077.

Art. 2º Atribuir à comissão o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para a conclusão dos trabalhos.

EDNALDO MIRANDA DE OLIVEIRA
Diretor-Geral



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

Autarquia criada pela Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008

Campus Santa Teresa

Rodovia ES-080, Km 21 - São João de Petrópolis - 29660-000 - Santa Teresa - ES

27 3259-7878

DECLARAÇÃO

Declara-se para os devidos fins que a professora Luciléa Silva dos Reis participou como membro da Banca Examinadora do projeto intitulado “**Desenvolvimento inicial de mudas de *Coffea canephora* submetidas a doses de fósforo**”, defendido por **Kariny Niero Scopel**, estudante do Curso de Agronomia do Ifes Campus Santa Teresa, como requisito obrigatório para conclusão do componente curricular TCC I, em 03 de novembro de 2021.

Santa Teresa, 06 de junho de 2022.

Alberto Chambela Neto

Coordenador do Curso de Agronomia
Portaria 2354/Reitoria - DOU de 22/12/2021



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

Autarquia criada pela Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008

Campus Santa Teresa

Rodovia ES-080, Km 21 - São João de Petrópolis - 29660-000 - Santa Teresa - ES

27 3259-7878

DECLARAÇÃO

Declara-se para os devidos fins que a professora Luciléa Silva dos Reis participou como membro da Banca Examinadora do projeto intitulado “**Água de coco como tratamento fito hormonal na germinação de quiabo**”, defendido por **Leticia de Souza dos Santos**, estudante do Curso de Agronomia do Ifes Campus Santa Teresa, como requisito obrigatório para conclusão do componente curricular TCC I, em 10 de março de 2022.

Santa Teresa, 06 de junho de 2022.

Alberto Chambela Neto

Coordenador do Curso de Agronomia

Portaria 2354/Reitoria - DOU de 22/12/2021



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

CAMPUS SANTA TERESA

Rodovia ES-080, Km 93 – São João de Petrópolis – 29660-000 – Santa Teresa – ES

27 3259-7878

DECLARAÇÃO

Declaramos que a servidora **LUCILÉA SILVA DOS REIS**, Professora de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, lotada neste campus, participou das reuniões para as quais foi convocada e cumpriu os prazos exigidos para os encaminhamentos das atividades didático-pedagógicas, durante o semestre 2021/2, conforme o constante dos documentos institucionais e legislação específica, obtendo os seguintes percentuais:

- Cumprimento dos prazos estabelecidos para atividades didático-pedagógicas	Percentual: de 75% a 100%
- Atendimento e participação em reuniões de cunho pedagógico/administrativo	Percentual: de 75% a 100%

Em virtude da pandemia de Covid-19, que implicou na suspensão das atividades pedagógicas presenciais em 17 de março de 2020, houve atraso no cumprimento dos anos letivos de 2020 e 2021. Em decorrência disso, não foram realizadas as Avaliações Docentes por parte do corpo estudantil.

Santa Teresa-ES, 27 de abril de 2022.

ADRIANO GOLDNER
COSTA:10215692756

Assinado de forma digital por
ADRIANO GOLDNER
COSTA:10215692756
Dados: 2022.04.27 08:22:46 -03'00'

Adriano Goldner Costa
Coordenador Geral de Ensino
Port. nº 2150, de 01.12.2021

Planejamento Colaborativo das Aulas para Alunos com NEE no Curso Técnico

Collaborative Lesson Planning for Students with NEE in a Technical Course

Hildo Anselmo Galter Dalmonech¹

Jaqueline Zanotti Dalmonech²

Marko Aurélio Goularte³

Luciléa Silva dos Reis⁴

Resumo: O objetivo foi demonstrar a importância do planejamento colaborativo entre o professor de AEE e o professor da disciplina no planejamento das aulas para alunos com NEE. A pesquisa se caracteriza como um estudo de caso no qual buscou mitigar as adaptações propostas pela professora de AEE para um aluno com NEE. A pesquisa de campo foi realizada com uma professora de AEE especialista, com 10 anos de experiência na área, e uma professora Doutora, responsável pela disciplina Cafeicultura. Como principais resultados, foi verificado que a atuação em sala de aula precisou ser mais direta. Verificou-se também que é preciso considerar as possibilidades de desenvolvimento, compreender e aceitar que a aprendizagem ocorre de forma diferente dos demais alunos. Foi ainda observado que o trabalho em conjunto com uma colaboração mútua, procurando traçar estratégias pedagógicas que se adequam as necessidades individuais, trouxeram avanços na aprendizagem do mesmo.

Palavras-chave: Planejamento Colaborativo; Aprendizagem na Educação Inclusiva; Docência para Alunos com NEE.

Abstract: The objective was to demonstrate the importance of collaborative planning between the AEE teacher and the subject teacher in planning lessons for students with NEE. The research is characterized as a case study in which it sought to mitigate the adaptations proposed by the AEE teacher for a student with NEE. The field research was carried out with a specialist AEE teacher, with 10 years of experience in the area, and a PhD teacher, responsible for the subject Cafeicultura. As main results, it was verified that the performance in the classroom needed to be more

1 Mestre em Administração de Empresas pela Fucape Business School, Especialista em Docência na Educação Profissional, Bacharel em Administração. Professor do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul - Campus Corumbá.

2 Especialista em Educação Inclusiva e Diversidade, Graduada em Pedagogia. Tem experiência na área de Educação Especial, com ênfase em Métodos e Técnicas de Ensino. Professora voluntária do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul - Campus Corumbá.

3 Mestre em Administração de Empresas pela Fucape Business School, Especialista em Gestão Pública, Bacharel em Administração. Atualmente exerce o cargo de Assistente em Administração do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo; Exerce a Função de Assessor Técnico da Diretoria de Ensino.

4 Doutora em Genética e Melhoramento de Plantas, Mestre em Fitotecnia, Graduada em Agronomia. Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo - IFES, Campus de Santa Teresa.

direct. It was also verified that it is necessary to consider the possibilities for development, and to understand and accept that learning occurs differently from other students. It was also observed that working together with mutual collaboration, trying to design pedagogical strategies that fit the individual needs, brought advances in their learning.

Keywords: Collaborative Planning; Learning; Teaching.

Introdução

Considerando que todos temos algum tipo de necessidade e que ela pode mudar nossos caminhos divergindo, assim, das nossas vontades, se torna necessário que façamos uma reflexão acerca das necessidades que se fazem presentes em nossas escolas, com o intuito de que ao conhecê-las tenhamos a possibilidade de pensar em caminhos alternativos possíveis para a efetivação da inclusão e do direito à educação (PERINNI, 2018).

Atualmente, o Programa Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educativas Especiais (TecNep), ação do governo que visa à inserção de pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NEE) nos cursos oferecidos pelas Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica (IFs), na qual traz em sua essência a implantação dos Núcleos de Atendimento as Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), como um dos mecanismos para a garantia do direito à educação desses indivíduos (BRASIL, 2000; BRASIL, 2008; BRASIL, 2010; BRASIL, 2011). O NAPNE tem como ideia central criar a cultura da “educação para a convivência”, aceitação da diversidade buscando, de certa forma, quebrar barreiras e paradigmas, educacionais e de comunicação (BRASIL, 2010).

Anjos (2006) afirma que o NAPNE tem por função implantar e implementar ações, articulando setores internos, definindo prioridades e materiais didáticos, dentre outras ações, oportunizando, também, apoio de setores externos como facilitadores de ações parceiras.

De acordo com dados da Plataforma Nilo Peçanha (plataforma estatística para análise de dados e indicadores da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica do Brasil), poucos são os profissionais dos IFs que têm formação específica para trabalhar com a Educação Profissional, muito menos com a educação inclusiva. São bacharéis e não possuem licenciatura.

Sendo assim o objetivo desse estudo foi demonstrar a importância do professor de Atendimento Educacional Especializado (AEE) que detém o conhecimento da educação inclusiva e de como trabalhar com cada tipo de NEE no apoio ao professor da disciplina no planejamento das aulas para turmas do ensino técnico com alunos com NEE.

Com este estudo pretende-se contribuir para as pesquisas na área de ensino inclusivo, promover equidade e condições de acesso ao conhecimento dos alunos com NEE, além de sugerir alternativas para que os IFs possam implementar o apoio do professor de AEE àqueles que não possuem esse conhecimento para que possam repensar suas práticas pedagógicas, quebrando, quem sabe, um ciclo vicioso que pretende incluir, mas que, na verdade, exclui muitas vezes por desconhecer a forma como o aluno com NEE aprende e interage socialmente. Pois a cada ano o número de alunos com NEE tende a aumentar devido a reserva de vagas para esse público conforme consta na Lei nº 13.409/2016 que dispõe sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das IFs (BRASIL, 2016).

A metodologia utilizada na pesquisa se caracteriza como um estudo de caso no qual buscou mitigar as adaptações propostas pela professora de AEE para um aluno com NEE. Três momentos foram cruciais

para a realização da pesquisa, que teve, como ponto inicial, consultar trabalhos científicos publicados nas áreas da educação profissional e especial. Depois realizou a pesquisa de campo propriamente dita, que foi realizada com uma professora de AEE especialista com 10 anos de experiência na área, e uma professora Doutora responsável pela disciplina Cafeicultura. E por último se procedeu com a análise e a interpretação dos dados sempre com imparcialidade em relação aos achados e ética na preservação da identidade dos sujeitos e das suas falas.

O artigo está estruturado em cinco seções. A primeira seção descreve o marco introdutório; a segunda trata do referencial teórico empregado na pesquisa; a terceira descreve os procedimentos metodológicos adotados; a quarta apresenta a análise dos dados e, por fim, a quinta seção dispõe sobre as considerações finais e sugestões para trabalhos futuros.

Docência na Educação Profissional e Tecnológica

A partir da criação dos Institutos Federais em 2008, observa-se que surgem debates em torno de uma formação integral para os indivíduos que frequentam a educação profissional, na qual objetiva-se garantir o direito à aquisição de competências profissionais afim de inseri-los em setores profissionais nos quais haja utilização de tecnologias (BRASIL, 2013).

Sobretudo percebeu-se também a desvalorização e omissão no que se refere a falta de políticas públicas permanentes voltadas para a formação de docentes para atuar na educação profissional. Para Heckler (2012, p. 69) a formação de professores tem fluído como “uma formação precarizada, que não dará conta da demanda”.

Atuar em diferentes tipos de cursos, desde o ensino médio integrado até pós-graduação estão entre as principais dificuldades de atuação dos professores EPT, porém, para sanar tal problema, os mesmos adotam algumas estratégias de ensino-aprendizagem como a troca de experiência e o planejamento coletivo (DA SILVA, 2019).

De acordo com Freire (2005, p. 102): “educar não se restringe ao ato de transmitir conhecimentos, mas transportar o aluno para uma situação de descoberta e levá-lo ao exercício da cidadania”. Diante disso, o professor não deve ser apenas um “transmissor de conhecimentos”, mas sim aquele que consegue fazer seus alunos produzirem saberes, não ficando atrelado apenas naquilo que aprendeu em sua formação inicial (FARTES; SANTOS, 2011). Segundo Ferrazzo e Maciel (2016) isso pode ter ainda mais consequências quando se insere o público-alvo da educação especial no mesmo “pacote” sem compreender a sua especificidade no atendimento.

O Processo de Inclusão Escolar na Educação Profissional e Tecnológica

A TecNep busca à inserção de pessoas com NEE nos cursos oferecidos pelas IFs através do trabalho realizado pelo NAPNE, sendo um dos mecanismos para a garantia do direito à educação desses indivíduos (BRASIL, 2000; BRASIL, 2008; BRASIL, 2010; BRASIL, 2011). O NAPNE tem como ideia central criar a cultura da “educação para a convivência”, aceitação da diversidade buscando, de certa forma, quebrar barreiras e paradigmas, educacionais e de comunicação (BRASIL, 2010).

De acordo com Anjos (2006), o NAPNE tem por função implantar e implementar ações, articulando setores internos, definindo prioridades e materiais didáticos, dentre outras ações, oportunizando também apoio de setores externos como facilitadores de ações parceiras.

Sobretudo, se pode, então, pontuar a educação como direito, as políticas públicas como mecanismo para assegurar esse direito e a Ação TecNep na figura do NAPNE como a ferramenta dessa política na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, a qual tem, em seu caminho, árduos desafios. Isso porque os processos educacionais não podem ser entendidos simplesmente como uma ação dada e acabada, mas sim ações em constante modificação, contradição, inclusão e exclusão (FRIGOTTO, 2007; PERINNI, 2018).

No campo da Educação Especial articulada à Educação Profissional a Tecnep representa um avanço para as IFs a partir do momento que os NAPNEs passaram a assumir o papel de articuladores no direcionamento inclusivo. No entanto, ainda existe uma pequena efetivação das ações previstas (CUNHA, 2015; MENDES, 2017).

O que pode estar ligado a ausência de garantias para o estabelecimento de práticas de Atendimento Educacional Especializado (AEE), devido à falta desse profissional no NAPNE (COSTA, 2011; ESTEVES NETO, 2014; ROCHA, 2014; MENDES, 2017), causando, assim, falta de articulação com os docentes para o desenvolvimento de estratégias de ensino e aprendizagem para os alunos com NEE (COSTA, 2011).

Atendimento Educacional Especializado (AEE) na Educação Profissional e Tecnológica

O AEE tem a função de identificar as necessidades específicas e auxiliar o professor para que o mesmo consiga eliminar barreiras para o desenvolvimento e participação dos alunos com NEE através de recursos pedagógicos e de acessibilidade. E deve ser oferecido em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino para que se quebrem as barreiras que dificultam a plena participação desses alunos (BRASIL, 2011b).

Dessa forma, o AEE estará plenamente integrado aos conteúdos que estão sendo ministrados pelo professor da disciplina. Pois o Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, que dispõe sobre a Educação Especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências, salienta sobre os objetivos desse atendimento:

- I - prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular e garantir serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes;
- II - garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular;
- III - fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem; e
- IV - assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis, etapas e modalidades de ensino (BRASIL, 2011b).

Deste modo, não restam dúvidas na Lei, a respeito da obrigatoriedade do AEE nas IFs. Sendo assim, o AEE necessita ser ofertado ao aluno público-alvo da Educação Especial nos cursos técnicos, integrados ou subsequentes, e nos cursos superiores (TILLMANN; ALMEIDA, 2020).

Entretanto, não é possível pensar no AEE sem os profissionais para atuar na Educação Especial, sendo um deles o professor de AEE que poderá desenvolver, junto com o professor da disciplina, estratégias de ensino-aprendizagem para atender esse público. Sendo assim, nas IFs paira a indecisão e a indeterminação de “quem” realiza o AEE (MENDES, 2017).

Não se pode oferecer o mesmo tipo de ensino a alunos com e sem NEE, pois de fato, existem diferenças e devem ser respeitadas. Isso significa que, oferecer a todos, o mesmo tipo de ensino, pode não ser suficiente para garantir a educação àqueles que requerem não igualdade, e sim equiparação de oportunidades (MENDES, 2017a).

O estudo em questão refere-se a um aluno com deficiência intelectual no ambiente escolar, o qual necessita de uma diferenciação ao ensino, ou seja, aplicar uma prática pedagógica diferenciada para atender a demanda, elaborando instrumentos pertinentes as necessidades do aluno.

Segundo André (1999), o professor, neste sentido, encontra-se como um fator de grande relevância para elaborar tal ação no cotidiano de sala de aula. O aluno com deficiência intelectual, em sua grande maioria, apresenta uma necessidade de intervenção neste ambiente de sala de aula, por exemplo, no formato da apresentação sobre a informação, pode demandar apoio para alguns obstáculos referentes a leitura e escrita, para incentivo nas participações orais e para maior permanência nas atividades que requer maior atenção.

Em seu estudo, Capellini (2004) relata a intervenção apoiada no ensino colaborativo como um caminho viável de possibilidades para o desenvolvimento de práticas pedagógicas, que promovam a aprendizagem e o desenvolvimento do aluno, contribuindo para solução de problemas da prática envolvendo elaboração de aulas, avaliação e Plano de desenvolvimento Individual. Proposta essa promissora para a aprendizagem do aluno com deficiência intelectual, porém ainda pouco utilizada em escolas, pois demanda de aporte e conhecimento para sua implementação, favorecendo ao aluno nas variadas áreas do currículo escolar (WILLIAMSON *et al.*, 2006, JOSEFH; KONRAD, 2009).

Metodologia

Para Gil (2009), no estudo de caso, o pesquisador não espera obter uma resposta definitiva para o problema investigado, uma vez que busca compreender o fenômeno em profundidade, proporcionar a explicação racional e o porquê do fenômeno. Neste caso, optou-se pelo método, pois permite, posteriormente, investigação mais detalhada com a sistematização de procedimentos, identificando-se, dessa maneira, o desenho de uma proposta para mitigar as adaptações propostas pela professora de AEE para um aluno com deficiência mental/intelectual no ensino técnico em uma IFs da região sudeste do Brasil nas aulas de cafeicultura.

O estudo de caso, para Bell (1997, p. 22), é “[...] especialmente indicado para investigadores isolados, dado que proporciona uma oportunidade para estudar, de uma forma mais ou menos aprofundada, um determinado aspecto do problema em pouco tempo”. Ou seja, o fenômeno é estudado dentro de seu contexto. Nessa premissa, o estudo de caso representa o delineamento em que são utilizados diversos métodos ou técnicas na coleta de dados, que pode ocorrer por meio da observação participante, da entrevista e da análise de documentos, ou seja, o estudo de caso condiz com as práticas adotadas nesta investigação, já que ele proporciona a utilização de múltiplos procedimentos, para se alcançar o objetivo proposto.

Há muitas técnicas de realização do trabalho de campo e da pesquisa qualitativa, uma das principais abordagens é a entrevista, por ser reconhecida como técnica privilegiada de comunicação, proporcionar ao investigador a interação com os colaboradores, que tem na fala o poder de revelar as condições de vida, a expressão dos sistemas de valores e crenças, no entender de Minayo (2009).

Três momentos foram cruciais para a realização da pesquisa, que teve, como ponto inicial, consultar trabalhos científicos publicados nas áreas da educação profissional e especial. O segundo momento sucedeu com a pesquisa de campo propriamente dita, com pré-agendamento de data, local e horário para realização da entrevista semiestruturada, e o terceiro momento, que se refere à análise e à interpretação dos dados sempre com imparcialidade em relação aos achados e ética na preservação da identidade dos sujeitos e das suas falas.

A pesquisa de campo foi realizada com uma professora de AEE especialista, com 10 anos de experiência na área, atuante como professora contratada por um período de 2 anos e com uma professora Doutora, responsável pela disciplina Cafeicultura em uma IFs do sudeste do Brasil. As informações apresentadas na pesquisa foram obtidas mediante acordo firmado no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Com a finalidade de alcançar os objetivos propostos, empregou-se a metodologia qualitativa. De acordo com Gil (2009), nos estudos de natureza qualitativa, não há fórmulas ou receitas predefinidas para orientar os pesquisadores, o que possibilita que a análise dos dados, nesse tipo de pesquisa, passe a depender da capacidade e do estilo do pesquisador. Este autor menciona, ainda, que a finalidade da análise de conteúdo não é simplesmente descrever os dados, mas promover algum tipo de explicação sobre eles, o que se buscou fazer nesta pesquisa foi trazer esclarecimentos sobre as formas de possibilitar e promover o aprendizado de um aluno com deficiência mental/intelectual na disciplina de cafeicultura do ensino técnico de uma IFs no sudeste do Brasil.

Análise dos Dados

Neste período, discutiremos sobre as percepções que envolvem o aluno com deficiência intelectual, as estratégias pedagógicas, encaminhamentos e suportes educacionais que possibilitam a aprendizagem em um trabalho em conjunto do NAPNE, em sua representação o professor de AEE e o professor que ministra a disciplina de Cafeicultura no Curso Técnico em Agropecuária integrado ao Ensino Médio. A abordagem envolve discussões e reflexões acerca da aplicação do conteúdo da disciplina mencionada.

Tanto professor de sala de aula quanto o professor de AEE necessitam considerar as possibilidades pelas quais a aprendizagem ocorre pelo aluno, favorecendo sua aprendizagem e sua permanência no âmbito escolar. Padilha (2005) o faz, destacando que a perspectiva sobre a concepção e a aprendizagem do aluno com Deficiência precisa ser “quem” e não para “o quê”. Na concepção sobre o aluno com deficiência intelectual é preciso conhecer quem ele é, o que ele realiza, como realiza, quais as condições para sua realização, pois de algum modo ele faz.

Foi direcionado questionamento à professora de AEE: Como foi analisada a concepção de aprendizagem do aluno em questão? A professora de AEE responde:

“Bom. Como já vinha acompanhando o aluno desde o ano anterior, já tinha uma prévia de suas reações em sala de aula, no desenvolvimento das atividades propostas anteriormente a outras disciplinas, foram feitas reuniões, análises de relatórios de documentos em arquivos do NAPNE, porém, nesta eu teria que realizar novas observações nas aulas, tendo a estratégia de um trabalho colaborativo junto com a professora na sala de aula”.

Diante da análise do aluno, dos elementos que seriam desenvolvidos em sala de aula com o conteúdo Cafeicultura, da disciplina da área técnica em Agropecuária, questionou-se então a professora sobre sua experiência em atender em sala regular um aluno com deficiência. A mesma responde que “nunca recebi nenhum aluno com deficiência na sala regular” e complementa “nós, da área técnica, não somos preparados para atender tal demanda”.

De acordo com o relato da professora de AEE, o aluno tinha um currículo adaptado com uma carga horária reduzida. Ao perguntar como era o comportamento do aluno nas aulas, a professora de sala de aula responde rapidamente: “ele não gosta de ficar muito tempo, se for forçado ele fica nervoso e tem dias que dorme”. A professora de AEE complementa “ele apresenta pouca concentração, participação em aula é restrita, tempo de absorção é rápido e esporádico, o sono é seu companheiro”. E reforça que, ainda que não tendo laudo definitivo, “ele está sob suspeita de TOD”. O Transtorno Opositor Desafiador (TOD), dificulta ainda mais o diálogo com o aluno. Quanto a didática em sala de aula, a professora de sala cita a utilização de slides e que fica um pouco dificultoso, pois suas aulas geralmente são agrupadas em 3 seguidas sem interrupções.

Pensando no ensino e em práticas como meios válidos, quando se oportuniza o que o aluno precisa para aprender, o trabalho em conjunto do professor de AEE e o professor de sala de aula, gerou-se estratégias envolvendo o conteúdo Cafeicultura e sua prática. A ideia pedagógica aqui exposta, corresponde ao professor apresentar consciência da condição do aluno com deficiência ao organizar a sua aula, bem como, acreditar nas potencialidades e possibilidades do estudante, para planejar, criar oportunidades de aprendizagem significativa ao aluno. Ciência que o ato de ensinar necessita de um propósito, alcançar um objetivo e o efeito disso no desenvolvimento do aluno, analisando suas potencialidades e possibilidades, para planejar, criar oportunidades de aprendizagem significativa.

Diante de tal situação, o professor de sala de aula e o professor de AEE, após análise, tiveram como resultante uma estratégia de ensino, incluindo a possibilidade de ausências do aluno em sala de aula com tempos estipulados, onde o mesmo conseguia se restabelecer emocionalmente e retornar com melhor concentração. A outra estratégia de ensino a ser executada pelo aluno foi realizada em 4 etapas, objetivando abranger todo o ensino de cafeicultura. A barreira pedagógica encontrada refere-se às práticas e às metodologias adotadas pelos professores em sala de aula para trabalharem com os alunos com deficiência. Porém não justificadas. A falta de diálogo para conhecer a necessidade do aluno e a disponibilidade de aprender juntamente com o mesmo, prejudica sua efetiva aprendizagem.

A professora de AEE, ao ser questionada sobre a participação da família, responde: “a família sempre esteve muito presente, tanto que a fase inicial desse trabalho, foi a orientação da família, pois precisávamos da parceria deles também”. Nota-se que a família tinha conhecimento e consentimento sobre as atividades e realizações do NAPNE, no que se refere ao atendimento escolar do filho.

Quando perguntada se a adaptação foi propiciada a todos ou somente ao aluno em questão, a professora de sala de aula responde “inicialmente para o aluno, mas se expandiu para a sala toda automaticamente (com risos)”. Questionada novamente como procedeu, relatou: “A ação foi dividida em 4 etapas, buscando propiciar melhor entendimento do conteúdo, eu e a professora de AEE analisamos várias possibilidades e ficou decidido a divisão em: plantio, manejo, beneficiamento e comercialização, realizado pelo aluno na prática no campo”. Nota-se uma parceria e troca de conhecimento entre os dois profissionais. O pensar pedagógico em estratégias que auxiliem o aluno a superar os limites postos por sua condição e pelas barreiras atitudinais e metodológicas, contribuirá para seu processo de ensino-aprendizagem.

[...] as Adaptações Curriculares, então, são os ajustes e modificações que devem ser promovidos nas diferentes instâncias curriculares, para responder às necessidades de cada aluno, e assim favorecer as condições que lhe são necessárias para que se efetive o máximo possível de aprendizagem (ARANHA 2001, p. 5).

A aplicação do trabalho em campo, foi acompanhada pelo professor de AEE, tendo como tempo estipulado de 1 mês e meio em cada etapa. Em uma atuação mais ampla, foi realizada pelo NAPNE, uma busca de reconhecimento da região e de profissionais, se caso fossem necessários, para suprir a necessidade da ação a ser desenvolvida pelo aluno.

Na primeira etapa, foi direcionada a pesquisa à produção de mudas e cuidados com o café. Nesta fase inicial, o aluno, com um roteiro de direcionamento em mãos, realizou a entrevista através da escrita e registros por meio de fotos, participou em todo o processo da produção de mudas e manuseio das mesmas. A professora de AEE relata: “ele saía do viveiro com muitas informações que eram relacionadas com a prática, então ele via na sala de aula com a professora e conheceu na prática, realizando”. Quando questionada sobre a reação do aluno “nossa, não era o mesmo aluno de sala de aula (risos)”. Com tal indagação a professora de sala de aula diz “ele chegava na outra aula, contando fatos do viveiro, e conseguíamos fazer intervenção e me entregando o roteiro”. Para isso intercorrer é primordial investir na flexibilização pedagógica para atender as necessidades específicas do aluno com deficiência. Todo o procedimento, em cada etapa, foi previamente analisado e realizado os devidos termos de autorização dos participantes.

Na segunda etapa, ocorreu o manejo com o reconhecimento de pragas e doenças e atuação na poda da planta. Os professores tiveram o auxílio de um técnico agrícola profissional do campo, que atua no instituto no quadro de efetivo. No segundo roteiro, a professora de sala de aula selecionou os questionamentos previamente com o reconhecimento das pragas e doenças. Além desse questionário, o aluno deveria trazer para a sala de aula folhas, galhos em que se identificam algumas das doenças. A professora de AEE expõe que esse foi um grande desafio, pois os resultados foram menos satisfatórios, devido à complexidade do assunto e a observação minuciosa. Em seguida a atuação na poda necessitada de maior cuidado, por manusear objetos cortantes. A partir desse momento a professora inclui os alunos da sala de aula para participar junto ao aluno com deficiência, gerando a empatia. Seguindo o questionamento com a de sala de aula, em qual momento ocorreu essa percepção de empatia? Professora relata: “quando o aluno chegava com os dados coletados, sempre de forma simples, os alunos já o questionavam e a grande maioria, solicitou a participação, então analisamos e deu muito certo”. A professora então decidiu incluir o restante da turma. Nota-se que anteriormente era um trabalho isolado como forma de complementação.

A ação positiva desencadeou a terceira etapa com o acompanhamento da professora de sala de aula e demais alunos, pois a aprendizagem, compreendida de forma dialética, está relacionada ao desenvolvimento psíquico conquistado por meio do processo educacional (REIS, 2018). Com isso, é importante uma prática pedagógica reflexiva, para não ocorrer dentro das salas de aula a exclusão dos alunos com deficiência. O envolvimento da turma para com a ação envolveu a observação do beneficiamento do café, englobando a colheita no campo, a secagem e pila do grão. O aluno em questão continua com a mesma metodologia de roteiro para questionamento individual e registro por fotos, acrescentando um vídeo com todo o processo, autorizado pelo proprietário do local. O mesmo recebeu auxílio de alunos da sala de aula para editar o vídeo.

Na quarta e última etapa, a comercialização, o aluno com novo roteiro e agora com um trabalho envolvendo toda a sala, em grupos de três pessoas. A coleta teve como enfoque, curiosidades advindas de questionamentos da sala de aula. Após a realização, os grupos apresentaram as possíveis resoluções dos questionamentos e o grupo do aluno com deficiência intelectual complementou, apresentando, em forma de exposição, alguns produtos originados do café, que se encontravam no comércio local.

Em resposta a outro questionamento, como você, enquanto professora, conclui as ações? A professora de sala diz “foi um trabalho muito gratificante, hoje mudei minha metodologia da disciplina de cafeicultura, na verdade, vamos descobrindo com a prática, observação e com orientação da professora do NAPNE, porque eu não aprendi isso na faculdade e o pouco contato nos privou de tal conhecimento”.

Todo o material produzido pelo aluno foi utilizado como forma de conhecimento e meios de avaliação. O trabalho desenvolvido foi utilizado? A professora de sala de aula responde: “Sim. Com certeza, foi conhecimento adquirido por ele, e foi nota também”. O trabalho de parceria do profissional do NAPNE em forma do professor de AEE e o professor envolvido em sala de aula é de fundamental importância, são estratégias advindas do conhecimento especializado dentro do assunto, de um olhar minucioso, agrupado a conhecimentos técnicos e profissionais.

Conclusão

A presença do aluno com deficiência intelectual na escola comum é um desafio, principalmente em se tratando de um curso técnico de nível médio. Quanto ao objetivo desse estudo foi demonstrar a importância do professor de Atendimento Educacional Especializado (AEE) no apoio ao professor da disciplina no planejamento das aulas para turmas do curso técnico com alunos com NEE.

Pode-se perceber que a ideia sobre favorecer o ensino-aprendizagem do aluno com NEE necessita do conhecimento preexistente no mesmo. O professor da sala de aula precisa saber quando e onde agir sem imposições, mas sim com desafios, buscando relacionar a teoria com a prática. A atuação em sala de aula para com aluno com deficiência intelectual precisou ser mais direta e o acréscimo de informações complementares à medida que o aluno absorvia o assunto da disciplina. É preciso considerar as possibilidades de desenvolvimento, compreender e aceitar que esta ocorre de outra forma, por caminhos que se diferem da maioria dos outros alunos.

Em relação aos alunos com NEE, cada condição específica de aprendizagem deve ser considerada, apresentando atividades práticas na realização da aula, por intermédio de metodologias, estratégias e recursos que se adequam com as necessidades individuais, e é aí que entra o professor de AEE com seu conhecimento no apoio ao professor da disciplina.

Planejar a proposta da prática pedagógica por meios de intervenção para o aluno com deficiência intelectual, baseia-se no trabalho de colaboração, de parceria e troca de conhecimento do profissional habilitado para atender ao público-alvo da educação especial e o professor regente da disciplina, pois é fundamental pensar em habilidades além das encontradas no currículo escolar atual. No caso em questão, o trabalho do NAPNE com a figura do professor de AEE, contribuiu não somente para o aluno com deficiência intelectual, mas também contribuiu para uma modificação metodológica para a prática do professor de sala de aula, assim como estabeleceu um clima de empatia perante o colega com deficiência intelectual.

Cabe ressaltar a importância das intervenções realizadas, como meios de complementação para a disciplina de cafeicultura, aplicada ao ensino médio, em forma de ensino colaborativo, tendo como pressuposto o trabalho em conjunto com uma colaboração mútua, procurando traçar estratégias pedagógicas. Vale lembrar que o professor de AEE da instituição não faz parte do quadro de funcionários efetivos, comprometendo, de certa forma, a continuidade do trabalho.

Diante do estudo, pode-se perceber, vivemos este momento que olhar para a escola e o processo de ensino-aprendizagem nela ofertado, nos leva a questionar sobre quais formas podem ser adequadas para que o aluno com NEE, possa usufruir de seus direitos enquanto cidadão, sujeito ativo, com respeito às suas especificidades. É preciso articular e realizar mudanças que atendam as demandas existentes em nossa sociedade.

Referências

- ANDRÉ, M. E. D. A. de (Org.). **Pedagogia das Diferenças na Sala de Aula**. Campinas: Papirus, 1999.
- ANJOS, I. R. S. dos. Programa TEC NEP: avaliação de uma proposta de educação profissional inclusiva. 2006. 91 f. **Dissertação** (Mestrado em Educação Especial), Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2006.
- ARANHA, M. S. F. Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência. **Revista do Ministério Público do Trabalho**, v. 11, n. 21, p. 160-173, 2001.
- BELL, J. **Como realizar um projecto de investigação**: um guia para a pesquisa em ciências sociais e da educação. Lisboa: Gradiva, 1997.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Programa TECNEP** - Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educativas Especiais. Brasília, 2000.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Censinho TECNEP**. Brasília, 2008.
- BRASIL. **Documento Base do Programa TEC NEP**. Brasília: MEC/SETEC, 2010.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Ação TEC NEP, dez anos depois... **Censinho 2011**. Brasília/DF, jul.2011.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Diretrizes e Políticas da Educação Profissional e Tecnológica**: 2003-2010. 2011b.
- BRASIL. **Lei n. 12.796**, de 4 de abril de 2013. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. 2013.
- BRASIL. **Lei n. 13.409**, de 28 de dezembro de 2016. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. 2016.
- CAPELLINI, V. L. M. F. Avaliação das possibilidades do ensino colaborativo no processo de inclusão escolar do aluno com deficiência mental. **Tese** (Doutorado) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.
- COSTA, G. M. A. da. Núcleo de Atendimento aos Alunos com Necessidades Educacionais Especiais (Napne): ações para a inclusão em uma instituição de ensino profissional do estado de Pernambuco. 2011. 133 f. **Dissertação** (Mestrado em Educação Brasileira) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2011.
- CUNHA, A. L. B. M. O programa Tecnep e sua implementação na rede federal de educação profissional, científica e tecnológica: ressonâncias acadêmicas, limites e desafios. 2015. 177 f. **Dissertação** (Mestrado em Educação

Profissional) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional, Natal, 2015.

DA SILVA, F. Lucia G. R. et al. O Exercício da Docência na Educação Profissional e Tecnológica: O que dizem os docentes. **Revista Eixo**, v. 8, n. 1, 2019.

ESTEVES NETO, H. Preconceito e contato intergrupal: um estudo dos núcleos de apoio as pessoas com necessidades especiais. João Pessoa, 2014. 255f. **Tese** (Doutorado) UFPB-IFMT. 2014.

FARTES, V. L. B.; SANTOS, A. P. Q. O. Saberes, identidades e autonomia na cultura docente da Educação Profissional e Tecnológica. **Cadernos de Pesquisa** (Fundação Carlos Chagas. Impresso), v. 41, p. 376-401, 2011.

FERRAZZO, G.; MACIEL, A. C. Fundamentos da Educação Especial: contribuições para uma reflexão filosófico-educacional. **Revista COCAR**, Belém, V.10, nº 20. 2016.

FREIRE, P. **Pedagogia da Tolerância**. São Paulo: UNESP, 2005.

FRIGOTTO, G. A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica. In: **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100 - especial, p. 1129-1152, out/2007.

GIL, A. C. **Estudo de caso**. São Paulo: Atlas, 2009.

HECKLER, G. L. A especificidade do trabalho docente no PROEJA: um estudo sobre a experiência do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense - Campus Sapucaia do Sul/RS 2012, 122f. **Dissertação**. Mestrado acadêmico em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, Biblioteca Depositária: Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. 2012.

JOSEPH, L. M.; KONRAD, M. Teaching students with intellectual or developmental disabilities to write: A review of the literature. **Research in developmental disabilities**, v. 30, n. 1, p. 1-19, 2009.

MENDES, K. A. M. de O. Educação Especial Inclusiva nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia brasileiros. 2017. 168 f. **Tese** (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.

MENDES, E. G. Sobre alunos “incluídos” ou “da inclusão”: Reflexões sobre o conceito de inclusão escolar. **Educação especial inclusiva: Conceituações, medicalização e políticas**, p. 60-83, 2017a.

MINAYO, M. C. de S. **O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde**. São Paulo: Hucitec, 2009.

PADILHA, A. M. L. **Práticas pedagógicas na educação especial: a capacidade de significar o mundo e a inserção cultural do deficiente mental**. Autores Associados, 2005.

PERINNI, S. T. **Do Direito à Educação: O Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas e a Inclusão Escolar no IFES**. 2018.

REIS, M. R. dos. Constituição da linguagem escrita de uma criança considerada com deficiência intelectual: contribuições da perspectiva histórico-cultural. 2018. 215 f. **Tese** (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual Paulista – UNESP – Marília, São Paulo, 2018.

ROCHA, V. M. da. Apropriação da Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva nos Regulamentos dos NAPNEs. 2014.

TILLMANN, L.; ALMEIDA, J. A Oferta da Educação Especial sob a Perspectiva da Educação Inclusiva na Educação Profissional e Tecnológica. **Metodologias e Aprendizado**, v. 1, p. 123-129, 2020.

WILLIAMSON, P.; Et al. Educating students with mental retardation in general education classrooms. **Exceptional children**, v. 72, n. 3, p. 347-3, 2006.

Submetido em: 23.06.2021

Aceito em: 04.11.2021